



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL TEMÁTICA TRIPARTITE DA NR-29 (COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA – CPNP)

Data: 11 e 12 de novembro de 2015.

Local: Recife/ PE

Participantes: Rosângela Mendes Ribeiro Silva (MTE/SRTE/SP), Soraya Silveira (MTE/SRTE/PE), Mauro Jose Rocha de Araujo (DPC), Mario Bastos Ferraz de Mendonça (SYNDARMA); Fernando Garcia Nogueira (ABRATEC); William Cady Jr. (FENOP); Robson Wilson dos Santos (FNE), Luiz Sergio Soares Mamari (CNC), Rogério Porto Velela (FENCCOVIB), Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF), José Luiz Pedro de Barros (CNI)

Dia 11/11/2015 – Reunião Técnica no Porto de SUAPE

Pela manhã foi realizada visita ao Porto de Suape. Inicialmente, a CPNP visitou o cais público de nº 4 e 5. Apesar de não haver operação no momento, foram visitadas as instalações sanitárias e o local de aguardo de serviço, provisório, em containeres adaptados. As instalações finais estão em fase de projeto e aguardam definição do local onde serão construídas. Em seguida, seguimos para a torre de operações da Administração do Porto, onde se pode ver toda a entrada da barra. Finalmente, visitamos o Terminal de Containeres TECON, em operação, já com implantação da NR-35. A tarde, no auditório da Receita Federal em Suape, foi realizada reunião técnica com a comunidade local. Participaram da reunião representantes de diversos operadores portuários, representantes dos sindicatos de trabalhadores portuários (estiva, portuários, arrumadores, conferentes), representantes do OGMO-Recife, Representantes do OGMO-Suape, representantes do Porto de Suape. Inicialmente a Sra. Rosângela, coordenadora da comissão, explicou os objetivos da comissão, de adequar a NR-29 às novas demandas suscitadas, informando que a comissão é tripartite, formada por representantes do governo, patronal e trabalhadores. Explicou que todos os trabalhos das comissões nacionais têm suas atas e atividades publicadas no site do MTE, onde podem ser verificadas todas as atas das reuniões, a relação dos componentes de cada comissão com seus nomes e órgãos que representam. Comentou que esta é a primeira reunião dessa comissão neste ano e que a visita técnica realizada pela manhã tem como objetivo a aproximação com a comunidade local e interagir com os problemas existentes na aplicação da NR-29, onde, muitas vezes dessas reuniões surgem tópicos para discussões sobre futuras mudanças da NR-29. O Sr. Ernani Pereira Pinto (CONTTMAF), faz sua apresentação como representante dos trabalhadores e destaca a importância dessa comissão na adaptação aos desenvolvimentos tecnológicos. O Sr. William, representante patronal, enaltece o trabalho conjunto dos atores das operações portuárias com a diminuição do número de acidentes de trabalho. Lembrou a polêmica da aplicabilidade da NR-35 nos portos e ressaltou que as operações no porão com necessidade de ancoragem para linha de vida necessita ainda de maiores discussões. Questiona ainda a responsabilidade do operador portuário quanto ao acesso ao porão, pois esta responsabilidade entende que seria do armador, pois são escadas fixas pertencentes ao

navio. A Sra Rosângela falou que o Guia sobre Boas Práticas no Trabalho em Altura foi formulado em conjunto e que este trabalho ainda não acabou, pois estará sempre em processo de atualização. O Sr. Severino Francisco, presidente dos Portuários de PE, parabeniza a comissão, mas comenta que muita coisa está sendo adiada, como por exemplo o vestiário e local de aguardo. Comenta sobre a precariedade do local de tomar banho após o término dos trabalhos, tanto para o porto de Recife quanto Suape e que não há local adequado para refeição e questiona sobre a jornada de trabalho, dizendo que há excesso de jornada e sugerindo turno de seis horas com intervalo para operadores de equipamentos. Alegou que há trabalhadores que trabalham 10 a 12 horas de trabalho contínuo. Quanto às áreas de vivência, a Sra. Cláudia, representante da Administração de Suape, alega que existe o diálogo com o MTE e se compromete a repassar ao órgão local a informação sobre o prazo do término das instalações definitivas. A Sra. Rosângela discursa sobre a importância do horário de trabalho e que o excesso de jornada pode acarretar acidentes e sugere que Convenções e Acordos Coletivos explorem mais esse assunto.

O Sr. Robson, representante dos estivadores na comissão, comenta que faltam locais de aguardo tanto no TECON, como no cais público. Questiona quem representa os trabalhadores no TECON e esclarece que já foi solicitada Nota Técnica ao MTE sobre representação sindical local. O Sr. Josias, presidente dos estivadores de PE, esclarece que já foi encaminhado ao MTE a solicitação quanto à adequação do abrigo e correção da iluminação e que já foi feito Termo de Compromisso com a Administração de Suape e que algumas coisas já foram melhoradas. A Administração de Suape se comprometeu a cumprir o Termo de Compromisso. O Sr. Paulo, do TECON, explicou que há área de vivência com jogos e lazer para quando não houver operação no cais e que há também área de apoio no cais durante a operação. O Sr. Fernando Marcelo, representante dos conferentes em PE, questiona sobre a iluminação, tanto do porto de Recife quanto de Suape. Explica que no cais 4 e 5 em Suape, por muitas vezes, já tiveram que interromper as operações por estar muito escuro. Muitas vezes é necessário chamar alguém da Adm. do Porto para ligar os refletores, pois ainda não é automático. Mesmo assim, ainda, por vezes, é desligado antes da hora. Na maioria dos locais hoje em dia o acendimento das luminárias é automático, mas aqui ainda é manual. Apesar de possuir postes com refletores, a iluminação não funciona de forma eficiente. As vezes, o refletor é mal direcionado e afeta em cheio o operador de equipamentos. Explica que em Recife é ainda pior. As plataformas de trabalho em altura estão escuras, acrescenta ainda da rotatividade de presidentes nos portos e da falta de profissionalização. O Sr. João Poggi, representante do OGMO-Suape, endossa todas as dificuldades. O Sr. Fábio, representante do operador portuário GulfTainer, também endossa que a precariedade da iluminação prejudica a operação, que muitas vezes precisa ser interrompida por falta de iluminação. Acrescenta ainda que muitos autos de infração recaem sobre os operadores portuários quando na realidade não são responsáveis pelo erro. O representante da E. Baptista acrescenta que a iluminação é precária até mesmo nas manobras de atracação.

Dia 12/11/2016 – 32ª Reunião Ordinária da CPNP – Prédio da Administração do Porto de Recife

1- Leitura e aprovação da ata da 31ª RO da CPNP - Itajaí

A coordenadora iniciou a reunião explicando a dinâmica da comissão, em seguida, procedeu-se ao chamamento dos representantes das bancadas patronal e dos trabalhadores à mesa e verificação de quórum. Informou que foram enviadas justificativas do seguintes representantes: Antonio Carlos Garcia Junior (FUNDACENTRO/ES), Armando Ribeiro Moreira (MT), Sérgio M. Gianetto (FNP) e José Adilson Pereira (CONTTMAF). Após,

a Sra. Rosângela agradece a todos os presentes e comenta sobre a visita do dia anterior, quando constatou-se problemas críticos de infraestrutura na iluminação, sanitários, abrigos, etc. O Sr. José Luiz, representante da CNI, pede a palavra e comenta sobre o dimensionamento das instalações sanitárias previsto na nova NR-24 em elaboração, que são voltadas para situações clássicas enquanto que o porto tem suas particularidades. É de sua opinião que não será possível a aplicação da NR-24 em elaboração nos portos e que a própria NR remete a adequação para as NRs específicas de cada área. A expectativa da publicação da nova NR-24 é para o primeiro semestre de 2016. Após discussões, a Sra. Rosângela propõe que a comissão trabalhe esse tema na NR-29, como já foi feito no item de aguardo dos serviços, discutindo os itens da nova NR-24 que necessitam ser adequados à realidade portuária. Os demais representantes sugeriram ao Sr. José Luiz, que participa da comissão da NR-24, o envio da minuta do texto da nova NR-24 para estudo prévio por essa comissão. Na sequência, foi feita a leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação. A Sra. Rosângela se desculpa por não ter colocado em pauta a discussão sobre a data do próximo Congresso, mas que esta pauta está aberta. O Sr. Williams, da FENOP, comenta que a FUNDACENTRO já fez algumas reuniões e que a data para o próximo Congresso está prevista para outubro 2016. O Sr. Mário do Syndarma comenta que não acha viável a realização do Congresso no próximo ano devido a situação financeira do país. A Sra. Rosângela sugere esse tema para pauta da próxima reunião, uma vez que a FUNDACENTRO, essencial para esta discussão, não estava presente. O Sr. Williams enfatiza que já houve reuniões e que a FUNDACENTRO tem interesse na realização do Congresso pois a FUNDACENTRO estará fazendo 50 anos em 2016. Por fim, ficou acordado que este assunto será pauta da próxima reunião e que será enviado e-mail a Antônio Carlos para ele informar se há discussão na FUNDACENTRO sobre o assunto.

2- Proposta de modificação Cargas Perigosas – Explosivos – FNP

O Sr. Ernani, representante dos trabalhadores, solicita adiar esse tema para a próxima reunião, pois falta detalhes que gostaria de adicionar e também o Sr. Sérgio, representante da FNP, não pode estar presente nesta reunião. Dessa forma, o assunto se mantém em pauta.

3- Proposta de revisão dos itens referentes a PLANO DE CONTROLE DE EMERGÊNCIA – PCE - nos portos - MTE

A Sra. Rosângela resume os motivos da alteração, já enviados previamente a todos os componentes da comissão, salientando incêndios que já ocorreram em diversos portos brasileiros e recentemente ressalta a situação na Ultracargo em Santos. Enfatiza a importância do PCE, que deve ser enxuto e claro. O Sr. José Luiz ressalta a necessidade de determinar se as empresas que estão na retroárea, mesmo sem relação com o porto, são obrigadas a participar do PAM ou PCE e cita como exemplo um supermercado. O Sr. Mário comenta que o Syndarma já foi contatado para esclarecer conflitos com terminais privativos fora da área do porto organizado, orientando até que ponto estaria dentro da NR-29, salientando que torna-se importante discutir dentro do nosso contexto a abrangência da NR-29, por exemplo, nos terminais de embarque/desembarque de empresas de armazenamento de combustíveis. **Na realidade tais empresas já estariam regidas pela NR-20. (verificar na leitura da ata de quem foi esta fala, ou consenso para exclusão.** A Sra Rosângela comenta que pela redação atual da NR 29, no que se refere a abrangência, estas empresas devem

ter o seu PCE e participar do PCE do porto. O representante dos trabalhadores na mesa, Sr. Rogério, mostra o item de aplicabilidade da NR-29, porém seu conceito é muito amplo pois fala de *fora da área do porto organizado* (mas não estabelece até que ponto) e *operações* (mas não explica se só seriam portuárias).

O representante da ABRATEC fala do decreto do Corpo de Bombeiros. No entanto, Rosângela explica que tais códigos são estaduais e não se aplicam a todas as situações previstas na NR 29. O Sr. José Luiz diz que está para unificar a nível federal, mas nada ainda está definido. Na sequência, o Sr. Rogério, representante dos trabalhadores, lê a definição de *área retroportuária* na NR-29 para definir sua abrangência. O Sr. Ernani comenta que não há necessidade de rever esse item pois não há dúvidas quanto ao seu conteúdo, dessa forma trabalhadores e governo não entendem que o item está confuso, então, o representante da Marinha sugere que se a bancada patronal tem dúvidas, poderá elaborar uma proposta para ser discutida. A Sra. Rosângela, então, propõe que o Sr. José Luiz apresente proposta para alteração do item *aplicabilidade*, se for assim o interesse da bancada patronal, encaminhando para a pauta da próxima reunião. Em seguida, foi realizada leitura do item 29.1.6.1 modificado (já enviado previamente aos componentes da comissão), ou seja:

29.1.6.1 Cabe à administração do porto, ao OGMO, **ao titular de instalação portuária de uso privado (trocado por sugestão do Ministério dos Transportes para privado conforme o adotado a partir da nova lei dos portos) ou** empregador a elaboração do PCE, contendo ações coordenadas **"pela administração do porto"** a serem seguidas nas situações descritas neste subitem e compor com outras organizações o PAM.

O representante do Syndarma questiona o termo “*empregador*”, pois considera genérico e vago e que, pela redação atual, cada um citado deveria ter o seu próprio PCE. Salienta que é preciso definir quem elabora o PCE e quem coordena o PCE. Sugere chamar a Transpetro pois esta possui áreas específicas com piers. A Sra. Rosângela diz que não precisa, pois esta especificidade da Transpetro estaria incluída “*em outras situações*”. O Sr. Rogério sugere que o OGMO não precisa elaborar um PCE próprio, assim como não precisaria também os operadores portuários que não ocupam o cais. Só necessitaria elaborar PCE o operador que arrenda e opera em área dentro do porto. O Sr. Mário, Syndarma, sugere alteração do item 29.1.6.1 definindo quem deve ter PCE. Rogério sugere que cada bancada faça uma avaliação e apresente na próxima reunião, se deve ser um PCE para cada conforme redação atual ou se deve ser um único PCE com a participação de todos.

Complementando as alterações sobre Plano de Emergência, a Sra Rosângela propõe tirar de “*carga perigosa*” os itens de PCE e PAM e colocar tudo num só contexto, ficando mais clara a redação, o que houve consenso de todos, de forma que coube ao MTE de fazer nova redação colocando ainda que o OGMO *deve* participar da elaboração do PCE da Adm. Portuária e que cada empregador deve manter seu PCE. O novo item deve ter clareza e incluir os itens de “*carga perigosa*”, garantir participações, determinar competências e outros detalhes. Usar o termo Administração do Porto e não autoridade portuária. A Sra Rosângela comenta que há muitos termos específicos na NR 29, que quando da sua elaboração foi usada a redação da Lei 8036, lei dos portos, na época, mas que sugere que a FUNDACENTRO poderia fazer um glossário para a NR-29, informando que o Manual

Portuário do MTE já tem algum glossário que poderia ser aproveitado. Irá sugerir a FUNDACENTRO apresentar como proposta um texto para discussão. Dessa forma, o assunto permanece em pauta.

4- Proposta de alteração do Item 29.1.4.2 - FUNDACENTRO

A Sra Rosângela informou que encaminhou a todos a proposta da FUNDACENTRO e que, sucintamente, refere-se a competência dada ao OGMO quanto a implementação do PPRA, mas que devido a ausência justificada do representante da Fundacentro, o assunto fica para a pauta da próxima reunião.

5- Planejamento 2016

Quanto ao Planejamento 2016, a Sra Rosângela lembra que o regimento diz que deverá haver pelo menos duas reuniões por ano de até dois dias cada encontro. Rosângela sugere manter as três reuniões conforme tem sido feito, sendo que a última de apenas um dia. O Sr. José Luiz salienta que frente a conjuntura atual a visita aos portos poderia ser suprimida e só deveria ser realizada quando houvesse um fato motivador. A Marinha concorda e Syndarma também, mas salientam, que neste caso, teria que cortar a reunião com a comunidade local também, pois é feita no dia da visita. O Sr. Rogério, representante dos trabalhadores, comenta que não deveria ser cortada a reunião com a localidade e que a visita é importante pois abre o debate. Houve debate a respeito, mantendo o consenso de manter a agenda com está sendo feito, apenas alterando para um dia a última reunião do ano. O Sr. Williams, FENOP, disse que recebeu uma proposta de alteração da NR mas analisou e gostaria de pautar para a próxima reunião.

Após discussões sobre as melhores datas ficou acordado o seguinte:

1ª Reunião: 11 e 12 de maio de 2016 (quarta e quinta-feira) no Porto de Santos onde a visita seria a apresentação do PCE e PAM do Porto de Santos. A comissão convidaria as Administrações Portuárias de todo o país para participação.

2ª Reunião: 14 e 15 de setembro de 2016 (quarta e quinta-feira) em São Luiz, MA.

3ª Reunião: 24 de novembro de 2016 (quinta-feira) em Vitória, ES. Sem visita.

6- Informes e outros assuntos

No tópico para outros assuntos foi discutido sobre o Guia para Trabalhos em Altura, que na verdade não trouxe novidades para a área portuária, tendo em vista que foi montando sobre as práticas existentes e que já deverá haver alguma alteração considerando o novo anexo da NR-35 sobre pontos de ancoragem. O Sr. José Luiz sugere que se as alterações previstas na NR-35 não se adequarem à NR-29, eles poderiam não assinar em nome da CPNP, solicitando repassar para essa comissão a fim de analisar sua aplicabilidade. Neste caso, ficaria representado como pleito dessa comissão e não como da bancada do patronato, o que houve concordância. O Sr. José Luiz solicita que a próxima reunião seja realizada em mesa com lugares para todos os membros para facilitar anotações. A Sra Rosângela agradece o consenso geral e encerra a reunião.